

COMITÊ JURÍDICO - COJUR

CÂMARA DE COMÉRCIO ITALIANA DE SÃO PAULO - ITALCAM

OUT | DEZ
2025



RASSEGNA

LEGALE

PUBLICAÇÃO DO COMITÊ JURÍDICO ITALCAM

APOIO





A HERANÇA ROMANA

A Relevância do princípio da boa-fé

Diante dos desafios contemporâneos, um olhar retrospectivo revela-se oportuno. Muitas das respostas às indagações atuais encontram-se no Direito Romano, cujo pragmatismo permanece surpreendentemente atual, e cujos princípios continuam a ser fontes inesgotáveis para a aplicação do direito.

O princípio da boa-fé, cuja trajetória notável culmina no direito contratual moderno, já figurava, no Direito Romano, como elemento central das obrigações. A boa-fé, nesse contexto, transcende o mero pacto, incorporando um compromisso moral entre as partes, pautado pela lealdade e pela retidão.

Na transição do direito contratual tradicional para o ambiente digital, torna-se essencial refletir continuamente sobre como harmonizar princípios fundamentais com as novas realidades tecnológicas. A ascensão dos contratos inteligentes e das transações por meio de blockchain evidencia a necessidade de padrões mínimos de conduta em um sistema jurídico globalizado e em constante transformação. Ainda que haja diferenças interpretativas entre os dois principais sistemas jurídicos — common law e civil law —, a boa-fé se impõe como princípio essencial, mesmo em ambientes menos “tangíveis”.

Do nexum — rito formal que simbolizava a confiança entre devedor e credor —, passando pelo ius gentium e pelas actiones bonae fidei, a boa-fé assumiu um caráter normativo e ético que permanece indispensável diante da evolução tecnológica das plataformas digitais.

BRUNO ANDRADA PEÑA
bruno.andrada@caputobastos.adv.br

L'EREDITÀ ROMANA

L'importanza del principio di buona fede

Di fronte alle sfide contemporanee, è opportuno volgere lo sguardo al passato. Molte delle risposte alle questioni attuali si trovano nel diritto romano, il cui pragmatismo si rivela sorprendentemente attuale e i cui principi continuano a costituire fonti inesauribili per l'applicazione del diritto.

Il principio di buona fede, la cui significativa evoluzione confluisce nel diritto contrattuale moderno, era già presente nel diritto romano come elemento centrale delle obbligazioni. In tale contesto, la buona fede trascendeva il semplice accordo, incorporando un impegno morale tra le parti, fondato sulla lealtà e sulla rettitudine.

Nel passaggio dal diritto contrattuale tradizionale a quello digitale, diventa essenziale riflettere costantemente su come armonizzare i principi fondamentali con le nuove realtà tecnologiche. L'ascesa dei contratti intelligenti e delle transazioni basate su blockchain evidenzia la necessità di stabilire standard minimi di condotta in un sistema giuridico sempre più globalizzato e dinamico. Sebbene vi siano differenze interpretative tra i due principali sistemi giuridici – common law e civil law – la buona fede si conferma un principio imprescindibile, anche in contesti meno “tangibili”.

Dal nexum — rito formale che simboleggiava la fiducia tra debitore e creditore —, passando per lo ius gentium e le actiones bonae fidei, la buona fede ha assunto un valore sia normativo sia etico, che si rivela oggi fondamentale di fronte all'evoluzione tecnologica delle piattaforme digitali.



FOTO: ADOBESTOCK



A ARBITRAGEM NO DIREITO DE FAMÍLIA

Mais agilidade e confidencialidade na resolução de conflitos familiares envolvendo direitos disponíveis

Quando se pensa em um litígio em que as partes optam por um terceiro escolhido por elas mesmas, que reúna conhecimentos específicos para analisar a matéria e que traga uma solução com mais rapidez e eficiência, o que vem à mente é a arbitragem. No âmbito do Direito de Família, ela pode ser uma alternativa eficaz para resolver questões relacionadas aos direitos disponíveis.

O juízo arbitral não pode resolver questões como o reconhecimento de paternidade post mortem, a declaração de união estável ou a legitimidade para herdar. No entanto, pode decidir sobre partilha de bens, avaliação de cotas sociais, indenização pelo uso exclusivo de bem comum, aluguel relativo aos frutos de determinado bem e apuração de valores referentes ao adiantamento da legítima.

Essa opção resulta em menor tempo e custos reduzidos, além de permitir que os herdeiros se beneficiem das vantagens da especialização do árbitro e da confidencialidade. Os custos são menores porque o processo é mais ágil: gasta-se menos com honorários advocatícios e com despesas processuais. A confidencialidade também se mostra relevante, considerando as particularidades envolvidas nesses conflitos, como a especulação social e os reflexos nos negócios da família.

A arbitragem, portanto, configura-se como mais uma solução de desjudicialização, apresentando-se como um caminho mais rápido e econômico.

L'ARBITRATO NEL DIRITTO DI FAMIGLIA

Maggiore rapidità e riservatezza nelle controversie familiari sui diritti disponibili

Quando si pensa a una controversia in cui le parti scelgono un terzo, dotato di competenze specifiche per analizzare la materia e capace di fornire una soluzione con maggiore rapidità ed efficienza, viene subito in mente l'arbitrato. Nell'ambito del Diritto di Famiglia, esso può rappresentare un'alternativa efficace per risolvere questioni relative ai diritti disponibili.

Il tribunale arbitrale non può decidere su questioni come il riconoscimento della paternità post mortem, la dichiarazione di convivenza di fatto o la legittimità a succedere. Tuttavia, può pronunciarsi su temi quali la divisione dei beni, la valutazione di quote societarie, il risarcimento per l'uso esclusivo di un bene comune, i canoni relativi ai frutti di un determinato bene e la determinazione dei valori relativi all'anticipazione della legittima.

Questa modalità comporta tempi più brevi e costi ridotti, oltre a permettere agli eredi di beneficiare dei vantaggi derivanti dalla specializzazione dell'arbitro e dalla riservatezza del procedimento. I costi sono inferiori perché il processo è più veloce: si spende meno in onorari legali e in spese processuali. La riservatezza è altresì importante, considerando le particolarità che caratterizzano tali conflitti, come la speculazione sociale e i riflessi sulle attività economiche della famiglia.

L'arbitrato, quindi, si configura come un'ulteriore soluzione di degiurisdizionalizzazione, che si presenta come un percorso più rapido ed economico.

MONALISA VENTURA LEITE MARQUES

mmarques@tranchesi.com.br





FOTO: ADOBESTOCK

BRASIL: DEVOUÇÃO DE IR A RESIDENTES NO EXTERIOR

STF derruba IR de 25% sobre aposentadorias de residentes no exterior e garante direito à restituição

Em 2024 a Suprema Corte brasileira decidiu que é inconstitucional a cobrança de imposto de renda de 25% sobre aposentadorias e pensões pagas a residentes no exterior. Assim, em 2025 a Procuradoria da Fazenda Nacional reconheceu a derrota e determinou que não haja mais cobrança. Isso beneficia milhares de brasileiros e descendentes que vivem fora do país, incluindo muitos na Itália.

A decisão foi tomada sob o regime de repercussão geral, o que significa que tem efeito obrigatório para todos os processos semelhantes. Assim, quem sofreu a retenção pode buscar a devolução dos valores pagos nos últimos cinco anos. Portanto, a partir de 2025, não pode mais haver desconto automático da alíquota de 25%.

Embora a Receita Federal ainda não tenha editado norma específica, é possível que futuramente passe a aplicar a tabela progressiva mensal, que traz faixas de tributação de 7,5% a 27,5%, normalmente mais vantajosas que a alíquota única de 25%.

Na prática, aposentados e pensionistas residentes no exterior não devem mais arcar com a retenção indevida e podem recuperar valores relevantes. O reconhecimento do STF representa um marco para a segurança jurídica e para a proteção dos direitos desses contribuintes.

Nosso escritório está disponível para orientar e propor as medidas adequadas para cada caso.

BRASILE: RIMBORSO IR A RESIDENTI ALL'ESTERO

STF annulla IR del 25% su pensioni a residenti all'estero e riconosce il diritto al rimborso

Nel 2024 la Corte Suprema brasiliana ha stabilito che è incostituzionale l'imposizione di un'aliquota unica del 25% sull'imposta sul reddito relativa a pensioni e rendite corrisposte a residenti all'estero. Nel 2025 la Procura della Fazenda Nacional ha riconosciuto la sconfitta e ha disposto la cessazione della riscossione. La decisione favorisce migliaia di brasiliani e discendenti che vivono fuori dal paese, inclusi molti in Italia.

La sentenza è stata resa con il regime di "repercussione generale", il che significa che ha effetto vincolante per tutti i procedimenti analoghi. Di conseguenza, chi ha subito la ritenuta può chiedere la restituzione delle somme versate negli ultimi cinque anni. Dal 2025, inoltre, non è più possibile la detrazione automatica dell'aliquota del 25%.

Sebbene la Receita Federal non abbia ancora emanato una norma specifica, è possibile che in futuro si applichi la tabella progressiva mensile, con aliquote dal 7,5% al 27,5%, generalmente più favorevoli rispetto al 25% fisso.

In pratica, pensionati e titolari di rendite residenti all'estero non devono più subire ritenute indebite e possono recuperare importi significativi. Il riconoscimento dello STF rappresenta una pietra miliare per la sicurezza giuridica e la tutela dei diritti di questi contribuenti.

Il nostro studio è a disposizione per analizzare ogni situazione e proporre le misure più adeguate.

ROGÉRIO ABREU
rogerio@fva.adv.br



CITAÇÃO EM ARBITRAGEM ESTRANGEIRA

STJ valida notificação extrajudicial como forma de citação homologação de sentença arbitral estrangeira

O Superior Tribunal de Justiça brasileiro decidiu, em 13 de março de 2025, no AgInt nos EDcl na HDE 4880/21, julgado recente e de grande relevância, que a citação em pedidos de homologação de sentença arbitral estrangeira pode ocorrer por meios distintos da carta rogatória, como notificação extrajudicial ou entrega por courier internacional.

Segundo a Corte, o núcleo essencial da citação não é o formalismo, mas a garantia de que o demandado tenha ciência inequívoca da existência e do conteúdo do procedimento. Basta que a comunicação seja entregue de modo claro e compreensível, permitindo o pleno exercício do direito de defesa.

No caso analisado, uma funcionária da parte demandada recebeu integralmente a comunicação, tomou conhecimento de seu teor e, apenas depois, recusou-se a assinar e a identificar-se. Para o STJ, tal conduta não invalida a citação, mas revela resistência injustificada e contrária à boa-fé processual.

O precedente reafirma que, no Brasil, a homologação de decisões arbitrais estrangeiras não exige necessariamente carta rogatória, desde que se prove a ciência efetiva da parte contrária. A decisão também ajustou os honorários advocatícios de sucumbência segundo critérios de equidade.

CAIO PRADO
cprado@slmlaw.com.br

CITAZIONE IN ARBITRATO ESTERO

STJ Brasiliano convalida notifica extrajudiziale come citazione in omologazione di sentenza arbitrale estera

Il Superiore Tribunale di Giustizia del Brasile ha stabilito, il 13 marzo 2025, nell'AgInt negli EDcl nella HDE 4880/21, decisione recente e di grande rilievo, che la notifica nelle domande di omologazione di sentenze arbitrali straniere può avvenire con mezzi diversi dalla rogatoria internazionale, come comunicazione extrajudiziale o consegna tramite corriere internazionale.

Secondo la Corte, l'essenza della notifica non risiede nel formalismo, ma nella garanzia che il convenuto abbia conoscenza inequivocabile dell'esistenza e del contenuto del procedimento. È sufficiente che la comunicazione sia chiara e comprensibile, consentendo il pieno esercizio del diritto di difesa.

Nel caso esaminato, un'impiegata della parte resistente ha ricevuto integralmente la comunicazione, ne ha preso conoscenza e solo successivamente ha rifiutato di firmare e identificarsi. Per lo STJ, tale comportamento non invalida la notifica, ma rivela una resistenza ingiustificata e contraria alla buona fede processuale.

Il precedente conferma che, in Brasile, l'omologazione di decisioni arbitrali straniere non richiede necessariamente la rogatoria, purché sia provata la conoscenza effettiva della parte convenuta. La sentenza ha inoltre rideterminato le spese legali secondo criteri di equità.





FOTO: ADOBESTOCK

CONTRATOS DE AGÊNCIA NO BRASIL

Exclusividade e concorrência: limites legais e análise concorrencial pelo CADE

Os contratos de agência regulam a relação entre um principal e um agente que, sem vínculo empregatício, promove ou negocia produtos ou serviços em nome do contratante. No Brasil, essa relação é regida pelo Código Civil e caracteriza-se pela atuação independente do agente, geralmente com remuneração proporcional às vendas. Duas cláusulas merecem atenção especial: exclusividade territorial e não concorrência.

A cláusula de exclusividade territorial garante ao agente o direito exclusivo de atuar em uma determinada área geográfica. Logo, o principal não pode nomear outro agente para a mesma região, salvo estipulação expressa em contrário (art. 711 do Código Civil). A exclusividade protege o esforço comercial do agente, mas pode gerar efeitos anticoncorrenciais se usada de forma abusiva por empresas com posição dominante. Práticas como fixação de preços, recusa de contratar, tying (venda casada) e divisão de mercado são vedadas pela Lei nº 12.529/2011, que rege o sistema brasileiro de defesa da concorrência. Nesses casos, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é o órgão responsável por analisar condutas que possam prejudicar o equilíbrio concorrencial.

Quanto à cláusula de não concorrência, presume-se que o agente não pode atuar em negócios semelhantes no mesmo território, mas há liberdade contratual para definir os limites. Restrições pós-contratuais são admitidas, desde que haja compensação e limites claros: materiais, geográficos e temporais (até 5 anos).

CONTRATTI DI AGENZIA IN BRASILE

Esclusività e concorrenza: limiti legali e analisi concorrenziale da parte del CADE

I contratti di agenzia regolano il rapporto tra un mandante e un agente che, senza vincolo lavorativo, promuove o negozia prodotti o servizi per conto del mandante. In Brasile, tale rapporto è disciplinato dal Codice Civile e si caratterizza per l'autonomia dell'agente, solitamente remunerato in base ai risultati. Due clausole meritano attenzione: l'esclusività territoriale e la non concorrenza.

La clausola di esclusività territoriale garantisce all'agente il diritto esclusivo di operare in una determinata area geografica. Il mandante non può nominare un altro agente per la stessa regione, salvo diversa pattuizione (art. 711 del Codice Civile brasiliano). L'esclusività tutela l'impegno dell'agente, ma può avere effetti anticoncorrenziali se abusata da imprese dominanti. Pratiche come fissazione dei prezzi, rifiuto di contrattare, tying e divisione del mercato sono vietate dalla Legge brasiliana n. 12.529/2011, che regola la concorrenza e vieta pratiche commerciali anticoncorrenziali. In tali casi, il Consiglio Amministrativo per la Difesa Economica (CADE) è l'organo responsabile per l'analisi delle condotte che possono compromettere l'equilibrio concorrenziale.

Quanto alla clausola di non concorrenza, si presume che l'agente non possa operare in attività simili nello stesso territorio, ma vi è libertà contrattuale per definirne i limiti. Le restrizioni post-contrattuali sono ammesse, purché vi sia compensazione e limiti chiari: materiali, geografici e temporali (fino a 5 anni).

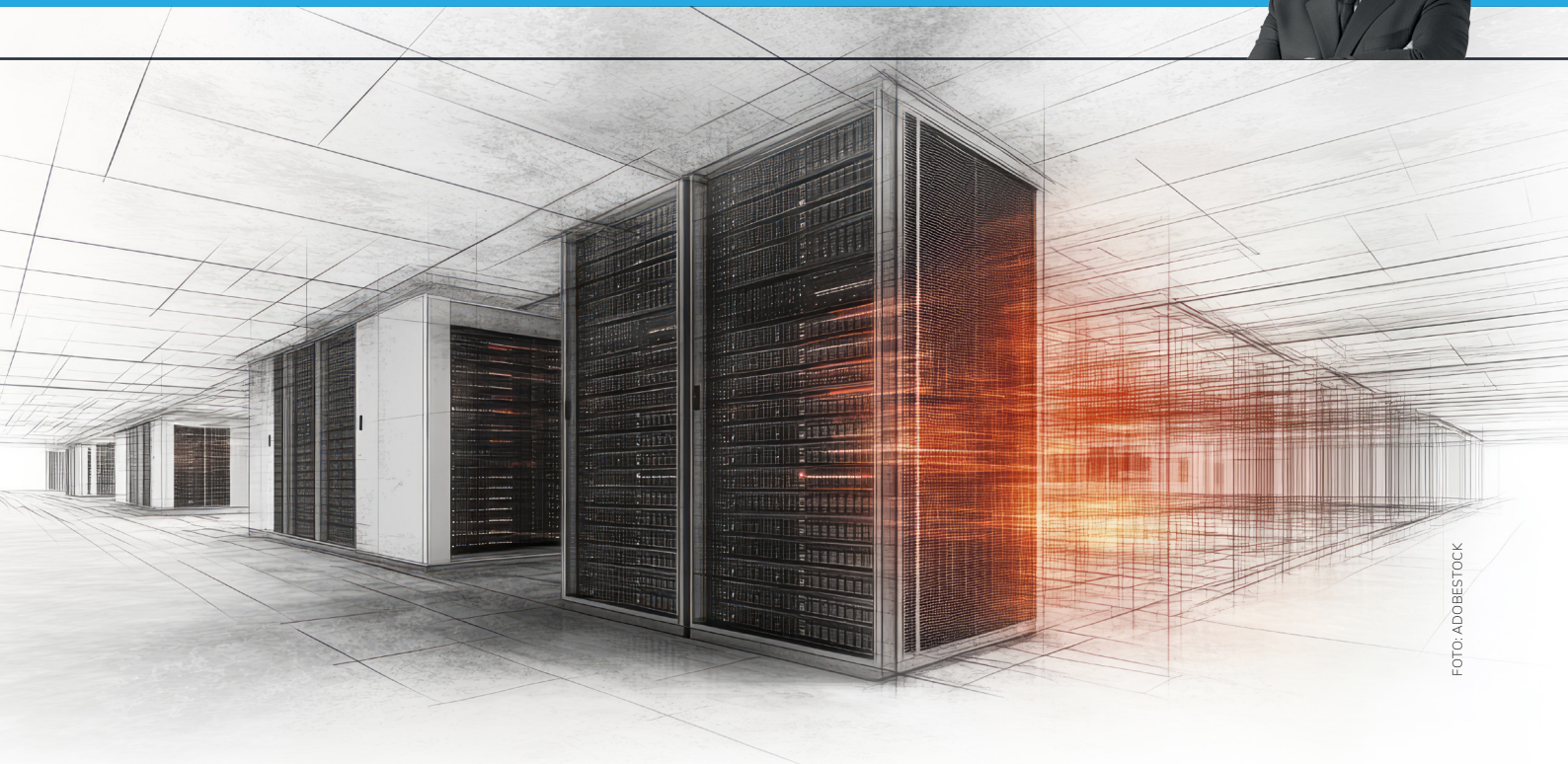


FOTO: ADOBESTOCK

DATA CENTERS NO BRASIL

Potencial bilionário e incentivos fiscais para atrair investimento estrangeiro em infraestrutura digital

O avanço da economia digital e a crescente demanda por serviços em nuvem tornam o Brasil um polo estratégico para investimentos em data centers. Com expectativa de movimentar US\$ 3,4 bilhões até 2027 (IDC), o setor atrai operadores e fundos internacionais. Estima-se que o mercado brasileiro de infraestrutura de data centers possa dobrar até 2030, alcançando US\$ 14,3 bilhões.

Em setembro de 2025, o governo editou a Medida Provisória nº 1.318/2025, que instituiu o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center – REDATA. A medida prevê incentivos fiscais para aquisição de equipamentos e serviços, visando estimular a implantação de data centers de alta capacidade no país. Segundo estimativas oficiais, o REDATA pode viabilizar até R\$ 2 trilhões em investimentos no setor ao longo da próxima década.

Integrado à Política Nacional de Data Centers, o regime busca fortalecer a soberania digital, a eficiência energética e a atratividade para o capital estrangeiro. A expectativa é que o ambiente regulatório mais claro reduza barreiras operacionais e amplie oportunidades para parcerias público-privadas em regiões com infraestrutura subutilizada.

RICARDO BOTÓS DA SILVA NEVES
r.neves@monteironeves.com.br

DATA CENTER IN BRASILE

Potenziale da miliardi e incentivi fiscali per attirare investimenti esteri in infrastrutture digitali

La crescita dell'economia digitale e la crescente domanda di servizi cloud rendono il Brasile un polo strategico per gli investimenti in data center. Secondo IDC, il settore dovrebbe raggiungere i 3,4 miliardi di dollari entro il 2027. Le stime indicano inoltre che il mercato brasiliano dell'infrastruttura digitale potrebbe raddoppiare entro il 2030, arrivando a 14,3 miliardi di dollari.

Nel settembre 2025, il governo ha pubblicato la Misura Provvisoria n. 1.318/2025, che istituisce il Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center – REDATA (Regime Speciale di Tassazione per i Servizi di Data Center). Il provvedimento prevede incentivi fiscali per l'acquisizione di attrezzature e servizi, con l'obiettivo di stimolare la creazione di data center ad alta capacità sul territorio nazionale. Secondo le stime ufficiali, il REDATA potrebbe attrarre fino a 2.000 miliardi di reais in investimenti nel settore nei prossimi dieci anni.

Integrato nella Politica Nazionale dei Data Center, il regime mira a rafforzare la sovranità digitale, l'efficienza energetica e l'attrattiva per il capitale straniero. Si prevede che un ambiente normativo più chiaro riduca le barriere operative e apra nuove opportunità per partenariati pubblico-privati, specialmente in aree con infrastrutture sottoutilizzate.

O FUTURO DO ITCMD NO ESTADO DE SÃO PAULO

A progressividade das alíquotas do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) no contexto da Reforma Tributária

O ITCMD, previsto no artigo 155, inciso I, da Constituição Federal, incide sobre a transmissão não onerosa de bens e direitos, seja por sucessão hereditária, seja por doação. A Emenda Constitucional nº 132/2023, que alterou o Sistema Tributário Nacional, estabeleceu a obrigatoriedade da progressividade das alíquotas do ITCMD.

Embora alguns estados já adotassem a progressividade na cobrança do ITCMD, até o teto máximo de 8% (oito por cento) conforme a Resolução nº 9/92 do Senado Federal, o estado de São Paulo aplica atualmente uma alíquota única de 4%, (quatro por cento), nos termos da Lei Estadual 10.705/2000, mas delibera sobre a necessária alteração legislativa.

Nesse contexto, tramitam na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo dois projetos de lei: o PL nº 7/2024, que prevê faixas de 2, 4, 6 e 8%, o que reduziria a carga tributária para transmissões de menor valor, mas aumentaria significativamente a carga tributária para patrimônios mais elevados; e o PL nº 409/2025, de perfil mais favorável ao contribuinte, que propõe alíquotas de 1, 2, 3 e 4%.

Nessa esteira, embora a progressividade seja uma exigência constitucional inexorável, sua implementação poderá implicar majoração ou alívio da carga tributária, a depender do projeto de lei a ser aprovado e a expressão econômica do patrimônio objeto da transmissão. Portanto, trata-se de um momento singular para o planejamento sucessório e patrimonial, recomendando-se atenção quanto à evolução normativa e a compreensão de suas consequências.



FOTO: ADOBESTOCK

IL FUTURO DELL'IMPOSTA BRASILIANA SULLE SUCCESSIONI E DONAZIONI DI BENE E DIRITTI ("ITCMD") NELLO STATO DI SAN PAOLO

Prossima Introduzione della progressività delle aliquote nel contesto della Riforma Fiscale

L'ITCMD, previsto all'articolo 155, comma I, della Costituzione Federale, si applica al trasferimento non oneroso di beni e diritti, sia per successione ereditaria, sia per donazione. L'Emendamento Costituzionale n. 132/2023, che ha modificato il Sistema Tributario Nazionale, ha stabilito l'obbligatorietà della progressività delle aliquote dell'ITCMD.

Sebbene alcuni Stati già adottassero la progressività nella riscossione dell'ITCMD, fino al tetto massimo stabilito all'8% (otto per cento) dalla Risoluzione n. 9/92 del Senato Federale, lo Stato di San Paolo, che applica un'aliquota unica del 4% (quattro per cento), ai sensi della Legge Statale 10.705/2000, è prossimo a deliberare in merito alla necessaria modifica legislativa.

In tale contesto, sono in corso di esame presso l'Assemblea Legislativa dello Stato di San Paolo due disegni di legge: il PL n. 7/2024, che prevede aliquote del 2, 4, 6 e 8%, il che riduce il carico tributario per i trasferimenti di minor valore, ma lo aumenta in modo significativo per i patrimoni più elevati, e il DDL n. 409/2025, di impostazione più favorevole al contribuente, che propone aliquote dell'1, 2, 3 e 4%.

In tal senso, sebbene la progressività sia un requisito costituzionale inderogabile, la sua attuazione potrebbe comportare sia un aumento sia un alleggerimento del carico tributario, a seconda del disegno di legge che sarà approvato e dell'entità economica del patrimonio oggetto del trasferimento. Si tratta di un momento particolare per la pianificazione successoria e patrimoniale, che richiede attenzione all'evoluzione normativa e alla comprensione delle sue conseguenze.

GISELDA FÉLIX DE LIMA
glima@chiarottino.com.br

ANA CAROLINA ANDREGHETTO BORTOLIN
abortolin@chiarottino.com.br



O RISCO GLOBAL DAS DECISÕES CORPORATIVAS

Por que compreender os limites da responsabilidade penal é vital para empresas transnacionais

Os investimentos italianos no Brasil seguem em expansão — e, com eles, crescem também os desafios de operar em um ambiente jurídico complexo e diverso. Em um mundo onde decisões empresariais são tomadas em Milão e executadas em São Paulo, compreender onde começa e termina a responsabilidade da matriz é mais do que uma questão jurídica: é uma estratégia de proteção.

A lei brasileira se aplica a todo crime praticado em território nacional — essa é a regra do art. 5º do Código Penal brasileiro. Entretanto, a análise do local do crime deve ser cuidadosa, em razão da abrangência do art. 6º do CP, de acordo com o qual o crime é considerado praticado tanto no local da ação ou omissão quanto onde o resultado se produziu — ou deveria produzir-se. Ou seja, basta que parte da conduta ocorra no Brasil para que a jurisdição brasileira se estabeleça.

A regra continua sendo a da responsabilidade pessoal: responde quem deu causa ao resultado, como prevê o art. 13. Mas, em tempos de decisões integradas e operações distribuídas, não é raro que deliberações empresariais sejam tomadas de maneira articulada entre matriz e subsidiária, expondo ambas a riscos jurídicos relevantes.

Assim, quando decisões estratégicas tomadas na Itália produzem efeitos no Brasil, a lei brasileira tem condições de alcançar a matriz e seus executivos. Conhecer esses limites — e antecipar seus riscos — é o primeiro passo para uma presença internacional sólida, segura e sustentável.

MARINA BRECHT
marina@brechtribeiro.adv.br

IL RISCHIO GLOBALE DELLE DECISIONI AZIENDALI

Perché comprendere i limiti della responsabilità penale è vitale per le imprese transnazionali

Gli investimenti italiani in Brasile continuano a crescere — e con essi anche le sfide di operare in un contesto giuridico complesso e in continua evoluzione. In un mondo in cui le decisioni aziendali si prendono a Milano e si realizzano a San Paolo, comprendere dove inizia e dove finisce la responsabilità della società madre non è solo una questione legale: è una strategia di protezione.

La legge brasiliana si applica a ogni reato commesso nel territorio nazionale — è questa la regola dell'art. 5º del Codice penale brasiliano. Tuttavia, la determinazione del luogo del reato richiede attenzione, data l'ampiezza dell'art. 6º, secondo il quale il reato si considera commesso sia nel luogo dell'azione o dell'omissione, sia in quello in cui si è prodotto — o avrebbe dovuto prodursi — il risultato. In altre parole, è sufficiente che una parte della condotta avvenga in Brasile perché la giurisdizione brasiliana possa essere riconosciuta.

La regola generale resta quella della responsabilità personale: risponde chi ha causato l'evento, come stabilisce l'art. 13. Ma, in tempi di decisioni integrate e operazioni distribuite, non è raro che le delibere aziendali vengano adottate in modo coordinato tra società madre e filiale, esponendo entrambe a rischi giuridici significativi.

Così, quando decisioni strategiche prese in Italia producono effetti in Brasile, la legge penale brasiliana può estendersi anche alla società madre e ai suoi dirigenti. Conoscere questi confini — e anticipare i rischi che ne derivano — è il primo passo per una presenza internazionale solida, sicura e giuridicamente sostenibile.





A CONTA NOTARIAL: SEGURANÇA, TECNOLOGIA E TRANSPARÊNCIA EM OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

Instituída pela Lei nº 8.935/94, e finalmente regulamentada pelo Provimento CNJ nº 197/2025, a Conta Notarial é um serviço alternativo, prestado pelos Tabeliães de Notas, que oferece uma solução contratual moderna e segura para custódia, gestão e liberação de valores envolvidos em transações imobiliárias.

Em síntese: mediante prévio ajuste entre partes, a Conta Notarial é aberta e registrada por um tabelião, que custodia os recursos financeiros nela depositados e os libera na medida em que se verifica o cumprimento das obrigações atribuídas a uma operação imobiliária, de acordo com os critérios e condições preestabelecidos em contrato.

A escolha de uma Conta Notarial, como forma de garantia, apresenta as seguintes vantagens às partes contratantes:

- Neutralidade do depositário: reduz riscos de conflito e de litígios, pois a verificação objetiva das obrigações contratuais, pelo tabelião, tende a evitar disputas sobre liberação de recursos em favor de uma das partes.
- Adequação a negócios complexos: útil em operações imobiliárias que envolvam contratos condicionais e repasses sujeitos a marcos contratuais.
- Conformidade: procedimentos de diligência notarial mitigam riscos de fraude e de lavagem de dinheiro.
- Segurança técnica e jurídica: os recursos são mantidos em um ambiente controlado e auditável, compatível com os sistemas bancários, mas com a supervisão jurídica do tabelião, assegurando que as movimentações tenham amparo no contrato.

Na prática, a Conta Notarial reforça a atuação do notariado como agente de confiança nas relações privadas, combinando fé pública, segurança jurídica, controle bancário e tecnologia para dar mais segurança e agilidade às transações imobiliárias.

IL CONTO NOTARILE: SICUREZZA, TECNOLOGIA E TRASPARENZA NELLE OPERAZIONI IMMOBILIARI

Istituito dalla Legge n. 8.935/94, e infine regolamentato dal Provvedimento CNJ n. 197/2025, il Conto Notarile è un servizio alternativo, fornito da Notai Pubblici, che offre una soluzione contrattuale moderna e sicura per la custodia, la gestione e la liberazione delle somme coinvolte nelle operazioni immobiliari.

In sintesi: previo accordo tra le parti, il Conto Notarile viene aperto e registrato da un notaio, che salvaguarda le risorse finanziarie in esso depositate e le svincola nella misura in cui vengono adempiuti gli obblighi assegnati a un'operazione immobiliare, secondo i criteri e le condizioni prestabilite nel contratto.

La scelta di un Conto Notarile, come forma di garanzia, presenta i seguenti vantaggi per le parti contraenti:

- Neutralità del depositario: riduce i rischi di conflitto e contenzioso, in quanto la verifica oggettiva degli obblighi contrattuali da parte del notaio tende ad evitare controversie sul rilascio di fondi a favore di una delle parti.

- Adeguamento per affari complessi: utile nelle operazioni immobiliari che prevedono contratti condizionati e pagamenti soggetti a milestone contrattuali.

- Conformità: le procedure di due diligence notarile mitigano i rischi di frode e riciclaggio di denaro.

- Sicurezza tecnica e giuridica: i fondi sono custoditi in un ambiente controllato e verificabile, compatibile con i sistemi bancari, ma con la supervisione legale del notaio, garantendo che i movimenti siano supportati dal contratto.

In pratica, il Conto Notarile rafforza il ruolo del notaio come agente di fiducia nelle relazioni private, coniugando fede pubblica, sicurezza giuridica, controllo bancario e tecnologia per fornire maggiore sicurezza e agilità alle transazioni immobiliari.

AFONSO LUCCHESI
alucchesi@slmlaw.com.br

LEONARDO BIANCO
lob@lrilaw.com.br



PRESCRIÇÃO EM ARDCS NO BRASIL

Uma análise dos precedentes recentes do STJ nas ações de reparação de danos concorrenciais

Este artigo analisa precedentes recentes do STJ sobre o tema da prescrição em ARDCs no Brasil desde a entrada em vigor da Lei 14.470/2022.

a. Tipo de ação

As ações stand alone foram definidas como aquelas que “não dependem de decisão no processo administrativo iniciado perante o CADE”¹. Já as follow on² seriam aquelas em que “o pedido condenatório tem como causa de pedir o reconhecimento, pelo CADE, da existência de cartel”. Ação anulatória em curso no Judiciário não descaracteriza a modalidade follow on³. O reconhecimento de participação na conduta no âmbito de um acordo celebrado com o CADE (TCC) não se equipara ao reconhecimento do ilícito e, portanto, não configura a modalidade follow-on⁴.

b. Prazo prescricional

O prazo prescricional para as ações propostas antes de 16 de novembro de 2022 é de três anos. Já para as ações propostas após a entrada em vigor da Lei 14.470, o prazo é de cinco anos. Contudo, mesmo para as ações propostas após essa data, aplica-se o prazo de três anos aos casos em que a prescrição já se tenha operado⁵.

c. Termo inicial

O evento que marca o início da contagem do prazo prescricional é a ciência do fato ilícito⁶.

Nas ações follow on, a ciência inequívoca do ilícito ocorre com a publicação da decisão definitiva do CADE reconhecendo o ilícito. Incluem-se nessa hipótese as decisões homologatórias de TCCs e acordos de leniência nos quais haja reconhecimento do ilícito, excluídos os casos nos quais tenha sido conferida confidencialidade⁷. Alguns precedentes sinalizam ser o termo inicial, contudo, o “trânsito em julgado do procedimento administrativo”⁸ ou a “data em que foi proferida aquela condenação”⁹.

Nas ações stand alone, a definição do termo inicial é casuística. Na maioria dos precedentes, entendeu-se que a ciência inequívoca teria ocorrido na data da celebração do contrato em que o preço para o pagamento do produto foi fixado. Contudo, há entendimento também no sentido de que o momento da ciência inequívoca se deu com a “publicação da instauração do processo administrativo perante o CADE (...), fato amplamente divulgado pela mídia”¹⁰.

1 Resp 2166984/SP - Relatora Ministra Nancy Andrighi.
2 Resp 2166984/SP – Votos da relatora Ministra Nancy Andrighi e do Ministro Ricardo Cueva.
3 Resp 2.095.107/SP.
4 Resp 2166984/SP – Votos da relatora Ministra Nancy Andrighi e do Ministro Ricardo Cueva.
5 Resp 2.095.107/SP e Resp 2133992 – SP
6 Resp 1.971.316/SP e Resp 2.095.107/SP.
7 Resp 2.095.107/SP.
8 Resp 1.863.175/SP, AgInt no AREsp 1575377/SP, AgInt no AREsp 1573296/SP.
9 Resp 1.998.098/MG.
10 AgInt no AREsp 232261 /SP.

PRESCRIZIONE DELLE ARDC IN BRASILE

Un'analisi dei recenti precedenti del Tribunale Superiore di Giustizia (STJ) – Brasile nelle azioni di risarcimento dei danni concorrenciais

Il presente articolo esaminerà come il Tribunale Superiore di Giustizia (STJ) – Brasile abbia deciso in merito alla prescrizione nelle ARDC nei casi giudicati dopo l'entrata in vigore della legge 14.470/2022.

a. Tipo di azione

Le azioni stand alone sono state definite come quelle che “non dipendono da una decisione nel procedimento amministrativo avviato dinanzi al CADE”. Mentre le follow on² sarebbero quelle in cui “la domanda di condanna si fonda sul riconoscimento, da parte del CADE, dell'esistenza di un cartello”. Il fatto che la decisione del CADE sia oggetto di un'azione di annullamento in corso presso il potere giudiziario non esclude la modalità follow on³. Il riconoscimento della partecipazione alla condotta nell'ambito di un accordo concluso con il CADE (TCC) non equivale al riconoscimento dell'illecito e, pertanto, non configura la modalità follow-on⁴.

b. Termine di prescrizione

Il termine di prescrizione per le azioni proposte prima del 16 novembre 2022 è quello previsto dall'art. 206, §3°, V, del Codice Civile: tre anni. Per le azioni proposte dopo l'entrata in vigore della Legge 14.470 il termine è di cinque anni. Tuttavia, anche per le azioni proposte dopo tale data, si applica il termine di tre anni ai casi in cui la prescrizione sia già maturata⁵.

c. Termine iniziale

L'evento che segna l'inizio del computo del termine di prescrizione è la conoscenza del fatto illecito⁶.

Nelle azioni follow on, la conoscenza inequivocabile dell'illecito si verifica con la pubblicazione della decisione definitiva del CADE che riconosce l'illecito. Rientrano in questa ipotesi le decisioni di omologazione dei TCC e gli accordi di clemenza in cui vi sia riconoscimento dell'illecito, esclusi i casi in cui sia stata conferita la riservatezza⁷. Alcuni precedenti indicano come termine iniziale, tuttavia, il “Passaggio in giudicato del procedimento amministrativo in cui l'autarchia ha riconosciuto l'esistenza dell'illecito concorrenciais”⁸ oppure la “data in cui è stata pronunciata quella condanna”⁹.

Nelle azioni stand alone, la definizione del termine iniziale è casistica. Nella maggior parte dei precedenti, si è ritenuto che la conoscenza inequivocabile sia avvenuta alla data della stipula del contratto in cui il prezzo per il pagamento del prodotto è stato fissato. Tuttavia, esiste un'interpretazione secondo cui il momento della conoscenza inequivocabile si è verificato con la “pubblicazione dell'apertura del procedimento amministrativo dinanzi al CADE (...), fatto ampiamente divulgato dai media”¹⁰.

1

2 Resp (Ricorso speciale) 2166984/SP - R.G./SENTENZA: Ministra Nancy Andrighi.
3 Resp (Ricorso speciale) 2166984/SP – Voti della relatrice Ministra Nancy Andrighi e del Ministro Ricardo Cueva.”
4 Resp (Ricorso speciale) 2.095.107/SP.
5 Resp (Ricorso speciale) 2.095.107/SP e Resp (Ricorso Speciale) 2133992/SP (2023/0388472-7).
6 Resp (Ricorso speciale) 1.971.316/SP e Resp (Ricorso speciale) 2.095.107/SP.
7 Resp (Ricorso speciale) 2.095.107/SP.
8 Resp (Ricorso speciale) 1.863.175/SP, AgInt (Istanza Cautelare) nell'AREsp (Ricorso speciale non ammesso) 1575377/SP, AgInt (Istanza Cautelare) nell'AREsp (Ricorso speciale non ammesso) 1573296/SP.
9 Resp (Ricorso speciale) 1.998.098/MG.
10 AgInt (Istanza Cautelare) nell'AREsp (Ricorso speciale non ammesso) 232261/SP.